

## Redução do endividamento público é consequência da inflação

---

## Indústria gaúcha com excesso de estoques em abril

---

## Construção no Brasil: de onde vem os bons números de emprego?

---

## Taxa de desemprego por regiões do RS

---

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Av. Assis Brasil, 8787 Fone: (051) 3347.8731

UNIDADE DE ESTUDOS ECONÔMICOS

[www.fiergs.org.br/indicadores-e-estudos-economicos](http://www.fiergs.org.br/indicadores-e-estudos-economicos)

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista desta Federação. É permitida a reprodução deste texto e dos dados contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

## Redução do endividamento público é consequência da inflação

Na última semana, o BC divulgou os resultados fiscais do Setor Público Consolidado para o mês de março, encerrando o primeiro trimestre do ano. Como esperado, o endividamento público seguiu a tendência de queda observada durante todo o 1º tri./2022. A Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) atingiu 78,5% do PIB, redução de 1,8 p.p. do PIB em relação ao trimestre anterior e de 9,0 p.p. na comparação interanual. Por sua vez, a Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) alcançou 59,0% do PIB, valor 2,7 p.p. menor do que no 4º tri./2021 e redução 6,6 p.p. na comparação com mar/2021.

Apesar do tom da mensagem ser positivo é preciso ter cautela pois, as duas forças que estão atuando sobre esse resultado são consequências da alta inflação, que permite o Estado arrecadar mais, em detrimento da redução do poder de compras das famílias.

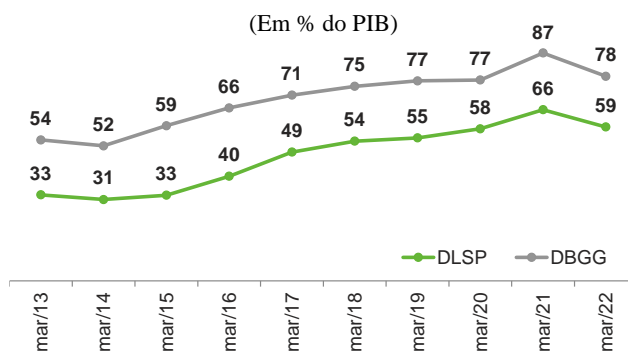
O primeiro fator que propiciou o declínio da relação dívida/PIB foi o crescimento do PIB nominal em comparação ao volume de endividamento. Entre jan-mar/2022, o PIB nominal cresceu R\$ 173,8 bi, enquanto a DBGG subiu R\$ 36,0 bi. Na comparação com o 1º tri./2020, quando a DBGG chegou a 87,4% do PIB, o endividamento registrou alta de R\$ 207,9 bi, enquanto o PIB cresceu R\$ 56,9 bi. O aumento do denominador do índice de endividamento foi resultado da inflação elevada e da recuperação da atividade econômica.

O segundo fator, diz respeito a evolução do

resultado primário, principalmente, dos sucessivos superávits dos governos regionais. Durante o decorrer desse trimestre, os estados e municípios foram superavitários em R\$ 52,6 bilhões, maior valor da série histórica. Essa poupança reflete a alta da arrecadação, principalmente em decorrência do aumento de preços de bens com baixa elasticidade-preço (energia, combustíveis, entre outros.).

Os resultados positivos apresentados foram acompanhados pelo aumento do custo médio do estoque da dívida mobiliária interna (DPMFi) pelo 13º mês consecutivo, na comparação mensal e que atingiu 9,65% a.a. em março/2022, em decorrência do ciclo de alta da Selic. A tendência para os próximos meses é que o ritmo de queda do endividamento se torne cada vez menor, dado o arrefecimento da inflação e as sucessivas desonerações fiscais ocorridas nesse ano.

### Endividamento do Setor Público Consolidado



Fonte: Banco Central do Brasil.

## Indústria gaúcha com excesso de estoques em abril

A Sondagem Industrial do RS do mês de abril, divulgada pela FIERGS, trouxe resultados negativos, como o acúmulo de estoques e o menor otimismo, e positivos, como a alta do emprego e a maior intenção de investir.

O índice, de produção, que abaixo de 50 indica queda ante o mês anterior, foi de 46,4 pontos em abril. O recuo da produção, todavia, refletiu apenas a sazonalidade, pois o índice ficou acima da sua média histórica para o mês (44,7 pontos).

Aos 50,4 pontos em abril, o índice de número de empregados revelou ligeiro avanço em relação a março. É a pontuação mais baixa dos 22 meses seguidos de alta. Ou seja, é o menor ritmo de contratações e o menos disseminado, mas ainda um dado relevante, visto que o histórico do mês é negativo.

A utilização da capacidade instalada (UCI) caiu de 74,0% em março para 73,0% em abril e, na opinião dos empresários gaúchos, ficou abaixo do patamar normal para o mês. O índice de UCI em relação à usual foi de 44,3 pontos em abril (abaixo dos 50), recuando 4,2 pontos em relação a março, refletindo a UCI mais distante do usual do que no mês anterior.

Mesmo diante da queda da produção, os estoques de produtos finais cresceram pelo terceiro mês consecutivo

em abril, o que vem provocando um processo de acúmulo cada vez maior. De fato, o índice de estoques em relação ao planejado pelas empresas em abril atingiu o maior valor desde março de 2019, 53,9 pontos, ficando ainda mais distante da marca que indica normalização, 50 pontos. O nível excessivo de estoques tende a restringir a produção nos próximos meses.

Quanto às expectativas, todos os índices continuaram acima da linha de 50 pontos em maio, mostrando que os empresários gaúchos projetam crescimento nos próximos seis meses para a demanda (o índice caiu de 56,2 pontos para 54,3), o emprego (de 52,7 para 52,2), as compras de matérias-primas (de 54,3 para 52,0) e as exportações (de 54,1 para 53,4 pontos). Todos os índices caíram em relação a abril e, com exceção das exportações, atingiram as menores marcas desde meados de 2020, evidenciando um otimismo menor e menos disseminado entre os empresários.

Apesar disso, o índice de intenção de investir da indústria gaúcha nos próximos seis meses recuperou parte da perda de abril e voltou a crescer em maio, passando de 57,0 para 59,6 pontos. O valor bem acima da média histórica de 50,9 pontos denota uma intenção elevada. No quinto mês do ano, quase dois terços das empresas (65,7%) mostram disposição para investir.

## Construção no Brasil: de onde vem os bons números de emprego?

A Construção tem se destacado na geração de empregos nos últimos anos no Brasil. Em 2020, mesmo com o forte impacto do momento mais restritivo da pandemia às atividades econômicas, houve criação de 97,4 mil postos de trabalho com carteira assinada e, em 2021, o saldo foi positivo em 245,7 mil vagas. Nos dois anos, o setor foi o que mais aumentou o número de trabalhadores em termos relativos: +4,96% em 2020 e +11,91% em 2021, sendo que o total de todos os setores foi de -0,51% e +7,28%, respectivamente.

As mudanças causadas pela pandemia contribuíram, com pessoas buscando melhorar o ambiente para o *home office*, seja com uma reforma ou comprando um novo imóvel. Esse movimento foi favorecido tanto pelas restrições ao setor de serviços, fazendo as pessoas gastarem mais com bens, quanto pelas baixas taxas de juros que vigoraram até meados de 2021.

No 1º trimestre de 2022, os bons números continuam aparecendo: já são pouco mais de 100 mil postos gerados. Nesse período, os estados que lideram a criação de empregos em termos absolutos são São Paulo (+30,8 mil), Rio de Janeiro (+11,0 mil) e Bahia (+10,0 mil). Já em termos percentuais, levando em conta o tamanho do mercado de trabalho do setor, chama atenção o aumento expressivo de Santa Catarina: +9,03%, com saldo positivo de 9,8 mil empregos (4ª posição no país).

Na desagregação por segmentos da Construção, percebe-se que os melhores resultados nesse início de 2022 vieram da Construção de edifícios, tanto em números absolutos (+48,0 mil vagas criadas) quanto na variação relativa (+5,56% frente ao final de 2021). Os dados da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) mostram crescimento expressivo nos lançamentos de imóveis residenciais nos últimos anos: com exceção de 2020, onde houve queda de 4,2%, desde 2018 o crescimento anual é superior à 25%. Há sempre uma defasagem entre o lançamento e o início das obras, de modo que os bons números recentes podem ser reflexo dos lançamentos dos últimos anos.

Com estreita relação com o anterior, o segmento de Serviços especializados para construção (terraplenagem, instalações, acabamentos, pintura, etc) foi o segundo com melhor desempenho entre janeiro e março (+34,6 mil vagas, +4,51%). Por fim, no ramo de Obras de infraestrutura, o saldo foi positivo em 18,0 mil vagas, com aumento de 2,65% no estoque de empregos.

Quanto às perspectivas para o futuro, o aperto das condições financeiras, com aumento da taxa SELIC (encarecimento dos financiamentos) e da inflação (perda de poder de compra das famílias), pode trazer dificuldades para o setor. Mesmo com o ano de 2021 fechando bastante positivo, o segundo semestre já mostrou desaceleração nos lançamentos e nas vendas de imóveis residenciais, segundo dados da CBIC.

## Taxa de desemprego por regiões do RS

Recentemente, o IBGE disponibilizou alguns dados sobre o mercado de trabalho por regiões dos estados, oriundos da PNAD Contínua. Uma espécie de agrupamento de municípios que chamou de Estratos Geográficos. Até então, os dados estavam disponíveis apenas para o Brasil, Grandes Regiões, UFs, Regiões Metropolitanas e Capitais. O RS foi dividido em 7 regiões: 6 estratos geográficos e a capital Porto Alegre.

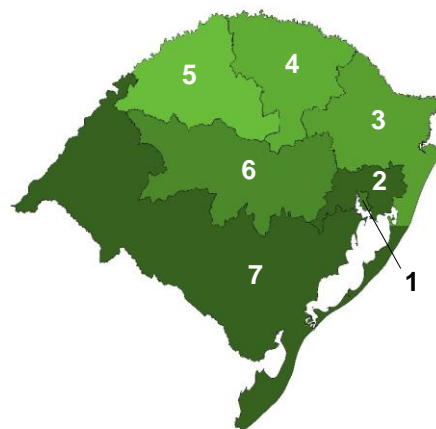
Uma das estatísticas disponíveis é taxa de desemprego, calculada como a razão entre o número de pessoas desocupadas e procurando emprego (desempregadas) e a força de trabalho, dada pela soma de pessoas ocupadas com as desempregadas. O mapa ao lado mostra a taxa média de desemprego em cada região gaúcha em 2019, último dado disponível. Naquele período, o estado como um todo tinha uma taxa de desemprego de 8,1%, variando entre 4,8% na região Oeste e 10,1% na Campanha e Litoral Lagunar.

A iniciativa do IBGE é um avanço, pois permite analisar as grandes disparidades encontradas dentro do mesmo estado. Antes disso, a estatística mais próxima para acompanhar o mercado de trabalho nas diferentes regiões eram os dados do CAGED e da RAIS, do Ministério do Trabalho e Previdência, restritos aos empregos com carteira assinada.

Por enquanto, os novos dados estão categorizados como estatísticas experimentais do IBGE. Em função disso, só foram divulgadas informações até o final de 2019, pois a pandemia mexeu com as pesquisas, inclusive com mudança na forma de coleta.

### Taxa de desemprego por regiões do RS

(Em % da força de trabalho | Média de 2019)



1: Porto Alegre (8,7%); 2: Entorno metropolitano de Porto Alegre (10,0%); 3: Planalto e Litoral Norte (6,4%); 4: Noroeste (5,7%); 5: Oeste (4,8%); 6: Depressão Central (7,7%); 7: Campanha e Litoral Lagunar (10,1%).

Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

# DADOS E PROJEÇÕES PARA A ECONOMIA BRASILEIRA

Últimas previsões atualizadas.

	2018	2019	2020	2021	2022*
<b>Produto Interno Bruto Real (% a.a.)<sup>1</sup></b>					
Agropecuária	1,3	0,4	3,8	-0,2	2,2
Indústria	0,7	-0,7	-3,4	4,5	0,4
Serviços	2,1	1,5	-4,3	4,7	0,6
<b>Total</b>	<b>1,8</b>	<b>1,2</b>	<b>-3,9</b>	<b>4,6</b>	<b>0,6</b>
<b>Produto Interno Bruto Real (Em trilhões correntes)</b>					
Em R\$	7,004	7,389	7,468	8,679	9,347
Em US\$ <sup>2</sup>	1,916	1,873	1,448	1,609	1,782
<b>Inflação (% a.a.)</b>					
IGP-M	7,6	7,3	23,1	17,8	12,3
INPC	3,4	4,5	5,4	10,2	7,0
IPCA	3,7	4,3	4,5	10,1	7,1
<b>Produção Física Industrial (% a.a.)</b>					
Extrativa Mineral	0,0	-9,7	-3,4	1,1	1,2
Transformação	1,1	0,2	-4,6	4,3	1,9
<b>Indústria Total<sup>3</sup></b>	<b>1,0</b>	<b>-1,1</b>	<b>-4,5</b>	<b>3,9</b>	<b>1,5</b>
<b>Empregos Gerados – Mercado Formal (Mil vínculos)</b>					
Agropecuária	2,2	13,0	36,6	140,9	25,6
Indústria	23,9	97,2	148,9	719,9	157,8
Indústria de Transformação	1,2	13,2	47,8	439,0	109,7
Construção	11,4	70,7	97,7	244,8	37,3
Extrativa e SIUP <sup>4</sup>	11,2	13,3	3,5	36,2	10,8
Serviços	520,2	533,8	-377,0	1.869,8	430,4
<b>Total</b>	<b>546,4</b>	<b>644,1</b>	<b>-191,5</b>	<b>2.730,6</b>	<b>613,8</b>
<b>Taxa de desemprego (%)</b>					
Fim do ano	11,7	11,1	14,2	11,1	10,5
Média do ano	12,4	12,0	13,8	13,2	11,4
<b>Setor Externo (US\$ bilhões)</b>					
Exportações	231,9	221,1	209,2	280,4	295,9
Importações	185,3	185,9	158,8	219,4	226,4
<b>Balança Comercial</b>	<b>46,6</b>	<b>35,2</b>	<b>50,4</b>	<b>61,0</b>	<b>69,5</b>
<b>Moeda e Juros</b>					
Meta da taxa Selic – Fim do ano (% a.a.)	6,50	4,50	2,00	9,25	13,25
Taxa de Câmbio – Desvalorização (%) <sup>5</sup>	17,1	4,0	28,9	7,4	-0,5
Taxa de Câmbio – Final do período (R\$/US\$)	3,87	4,03	5,20	5,58	5,55
<b>Setor Público (% do PIB)</b>					
Resultado Primário	-1,6	-0,8	-9,4	0,8	-1,0
Juros Nominais	-5,4	-5,0	-4,2	-5,2	-6,5
Resultado Nominal	-7,0	-5,8	-13,6	-4,4	-7,5
Dívida Líquida do Setor Público	52,8	54,7	62,5	57,3	62,3
Dívida Bruta do Governo Geral	75,3	74,4	88,6	80,3	83,1

Fontes: IBGE, BCB, FGV, ME, MTP, STN. \* Projeções da Unidade de Estudos Econômicos – FIERGS. <sup>1</sup> O PIB Total é projetado a preços de mercado; os PIBs Setoriais são projetados a valor adicionado. <sup>2</sup> Taxa de câmbio média anual utilizada para o cálculo e IPCA utilizado como inflação. <sup>3</sup> Não considera a Construção Civil e o SIUP. <sup>4</sup> SIUP = Serviços Industriais de Utilidade Pública. <sup>5</sup> Variação em relação ao final do período anterior.

## Informações sobre as atualizações das projeções:

- Não houve alterações.

# DADOS E PROJEÇÕES PARA A ECONOMIA DO RIO GRANDE DO SUL

Últimas previsões atualizadas.

	2018	2019	2020	2021	2022*
<b>Produto Interno Bruto Real (% a.a.)<sup>1</sup></b>					
Agropecuária	-7,1	3,0	-29,5	67,5	-40,0
Indústria	2,8	0,2	-5,6	9,7	-1,4
Serviços	2,6	0,8	-4,6	4,1	0,5
<b>Total</b>	<b>2,0</b>	<b>1,1</b>	<b>-6,8</b>	<b>10,4</b>	<b>-4,0</b>
<b>Produto Interno Bruto Real (Em bilhões correntes)</b>					
Em R\$	457,294	482,464	480,173	582,968	599,384
Em US\$ <sup>2</sup>	125,108	122,282	93,107	108,059	114,249
<b>Empregos Gerados – Mercado Formal (Mil vínculos)</b>					
Agropecuária	-1,4	-0,1	0,5	3,4	0,9
Indústria	1,5	-5,5	-0,2	47,5	9,2
Indústria de Transformação	0,9	-1,5	0,1	42,9	7,4
Construção	0,9	-4,0	-0,2	5,2	1,4
Extrativa e SIUP <sup>3</sup>	-0,2	0,0	0,0	-0,7	0,4
Serviços	20,4	26,0	-42,9	89,4	19,0
<b>Total</b>	<b>20,5</b>	<b>20,4</b>	<b>-42,5</b>	<b>140,3</b>	<b>29,2</b>
<b>Taxa de desemprego (%)</b>					
Fim do ano	7,5	7,3	8,6	8,1	7,6
Média do ano	8,2	8,1	9,3	8,7	8,1
<b>Setor Externo (US\$ bilhões)</b>					
Exportações	21,0	17,3	14,1	21,1	22,4
Industriais	15,1	12,5	10,5	14,1	15,1
Importações	11,3	10,3	7,6	11,7	12,8
<b>Balança Comercial</b>	<b>9,8</b>	<b>6,9</b>	<b>6,5</b>	<b>9,4</b>	<b>9,6</b>
<b>Arrecadação de ICMS (R\$ bilhões)</b>					
	<b>34,8</b>	<b>35,7</b>	<b>36,2</b>	<b>45,7</b>	<b>49,5</b>
<b>Indicadores Industriais (% a.a.)</b>					
Faturamento real	2,7	3,0	-3,1	8,7	1,6
Compras industriais	10,0	-2,7	-5,5	31,0	4,2
Utilização da capacidade instalada (em p.p.)	1,6	0,7	-4,6	5,7	0,3
Massa salarial real	-1,3	-0,8	-9,3	4,6	0,4
Emprego	0,9	0,0	-1,9	6,7	1,4
Horas trabalhadas na produção	0,0	-1,0	-5,7	15,1	3,3
<b>Índice de Desempenho Industrial – IDI/RS</b>	<b>2,6</b>	<b>0,1</b>	<b>-4,8</b>	<b>12,8</b>	<b>1,7</b>
<b>Produção Física Industrial<sup>4</sup> (% a.a.)</b>					
	<b>5,9</b>	<b>2,5</b>	<b>-5,5</b>	<b>8,8</b>	<b>1,0</b>

Fontes: DEE/Seplag-RS, IBGE, BCB, ME, MTP, SEFAZ-RS, UEE/FIERGS. \* Projeções da Unidade de Estudos Econômicos – FIERGS. <sup>1</sup> O PIB Total é projetado a preços de mercado; os PIBs Setoriais são projetados a valor adicionado. <sup>2</sup> Taxa de câmbio média anual utilizada para o cálculo e IPCA utilizado como inflação. <sup>3</sup> SIUP = Serviços Industriais de Utilidade Pública. <sup>4</sup> Não considera a Construção Civil e o SIUP.

## Informações sobre as atualizações das projeções:

Não houve alterações.